**ATA DA 157ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/PR, REALIZADA EM 21 DE JULHO DE 2023**

Ao vigésimo primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às oito horas e trinta minutos, reuniu-se o Plenário do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná – CAU/PR**, de forma híbrida, sendo de forma virtual pela plataforma *Teams* e presencialmente na Unimater (Faculdade Mater Dei) rua Mato Grosso, 200, Pato Branco, sob a Presidência de **Milton Carlos Zanelatto Gonçalves**, com a **presença dos (as)** **conselheiros (as) titulares**: André Luiz Sell, Antônio Ricardo Nunes Sardo, Cláudio Luiz Bravim da Silva, Ideval dos Santos Filho, Eduardo Verri, Jeancarlo Versetti, Leonardo Danielli, Maugham Zaze, Ormy Leocádio Hutner Junior, Rene Rodrigues Junior, Ricardo Luiz Leites de Oliveira, Thais Clementina Marzurkiewicz, Vandinês Gremaschi e WALTER GUSTAVO LINZMEYER. **Conselheiro suplente:** João Virmond Suplicy Neto. **Ficam justificadas as ausências dos conselheiros** **titulares:** Licyane Cordeiro e Constança Lacerda Camargo. **Fica justificada a ausência da conselheira suplente:** Lorreine Santos Vaccari**.** **Colaboradores** do CAU/PR: Chefe de Gabinete Edvaneide Amâncio de Lima, Supervisor de Plenária e Órgãos Colegiados Alessandro Boncompagni Junior, Gerente Geral Lucas Martins Rieke, Ouvidor Roberto Simon, Supervisor de Gabinete André Gabinio, Gerente Financeiro João Dressler. **1. Abertura**: Após a verificação de quórum o Presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** iniciou a reunião às oito horas e trinta minutos. Na sequência solicitou a execução do Hino Nacional. **2. Execução do Hino Nacional Brasileiro.** O Presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** pediu que todos ouvissem a execução do Hino Nacional Brasileiro. **3. Leitura e discussão da Pauta.** O Presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** colocou o item 6.15 da reprogramação ordinária do plano de ação, em regime de urgência. O Conselheiro **JEANCARLO VERSETTI** solicitou a inclusão de dois itens da CEF, as deliberações 14 e 15, enquanto o conselheiro **ORMY LEOCÁDIO HUTNER JUNIOR** solicitou a inclusão dos itens da CPUA: as deliberações 13, 14, 15 e 16, sendo a 13 em regime de urgência. O conselheiro **IDEVAL DOS SANTOS FILHO** solicitou a antecipação das pautas da CDFI na ordem do dia. **4. Discussão e aprovação das Atas.** Não houve aprovação de atas na plenária. **5.0 Comunicações:** 5.1 Palavras do Presidente. O presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** registrou a leitura do item. 5.1.1 Pedido de Licença da Conselheira Licyane Cordeiro. O presidente registrou o pedido de licença da conselheira**.** 5.1.2 Casa Cor.O Presidente fez uma avaliação muito positiva dos três eventos da Casa Cor, a palestra com Arthur Casas, palestra com Felipe Hess e a mesa de debate junto com o pessoal do I-Cities, Sebrae e Asbea Paraná. O conselheiro **JEANCARLO VERSETTI** relatou que a participação foi elogiada na Asbea e existem novas oportunidades para participação do CAU. 5.1.3 Relato da participação João Suplicy no Congresso Mundial de Arquitetos da UIA em Copenhague 2023. Conselheiro **JOÃO SUPLICY,** registrou que como écoordenador de Assuntos Internacionais da Direção Nacional do IAB, tem vaga na Delegação Brasileira e esteve em Copenhague. Relatou ainda convênios com a Itália e dois eventos com participação de arquitetos italianos, além do fechamento de um convênio com a Federação de Arquitetos do Fênis, na Itália. O conselheiro relatou os avanços sustentáveis adotados em Copenhague como estímulo ao uso da bicicleta e de carros elétricos, opções não poluentes. Ele ainda registrou ainda a eleição de Nivaldo Andrade, da Bahia, que consolidou três representantes fluentes na língua portuguesa. O conselheiro registrou, entre outras passagens, que uma arquiteta da Lituânia, Rūta Leitanaitė, se retirou do evento, porque a organização não se opôs à participação da Rússia na UIA. Ou seja, houve uma polêmica dessa contestação por causa da guerra da Rússia. Esses países achavam que a Rússia deveria ser afastada da UIA. E a maioria foi praticamente unânime à posição de que a arquitetura não tem fronteiras. O conselheiro **NESTOR DALMINA** relatou a participação na COA sobre reforma tributária e uma breve conclusão de que terão muita importância na regulamentação dessa reforma. As empresas que mais serão impactadas são as que estão em lucro presumido e lucro real, e relatou que é importante inserir nessa PEC os profissionais liberais em rol dos regimes específicos de tributação para facilitar a aprovação da medida provisória durante a instrução do Projeto de Lei que regulamentará essa reforma e ainda será apresentado. O Presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** reforçou que a Comissão de Relação Institucional e a COA, têm acompanhado a reforma tributária, estando frequentemente nos gabinetes dos parlamentares para tentar melhorar a questão tributária dos arquitetos. 5.3 Palavras do Ouvidor. O conselheiro **ROBERTO SIMON** relatou que ainda participou da reunião da RENOUV, em Minas Gerais, e foi muito positiva, definindo que é necessário ajustar todas as ouvidorias, pelo país e principalmente com a nacional. Assim, as decisões tomadas deverão respeitar os níveis mais adequados, a nível local e nacional. Em dois dias, as instituições nacionais de controle de ouvidorias e também controle geral de procedimentos das organizações com relação a denúncias e todos esses assuntos, fecharam um alinhamento através de uma fórmula mais próxima e única. E o RENOUV já funciona e a relação avança na redução de grandes espaços entre a denúncia e a resposta. **6.0 Ordem do Dia:** 6.1 Reprogramação Ordinária do Plano de Ação e Orçamento 2023 – Regime de Urgência. O Presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** deu início ao encaminhamento dos itens em regime de urgência. E explicou que é a primeira vez que o CAU Paraná e, apenas a segunda vez na história do CAU, que ocorre uma queda de arrecadação, e que o impacto será muito grande e vai mudar o procedimento dentro do CAU até o final do ano. Quando ocorreu outro impacto orçamentário na crise de 2014-2015. A equipe já tinha previsão que ia cair e o CAU Paraná tinha tomado uma postura de corte de 25% do orçamento. Esse ano, porém, o que ocorreu foi uma previsão de crescimento, novo governo, liberação de alguns créditos, por exemplo, retomada do Minha Casa Minha Vida, entre outros projetos como fim da pandemia. Então a expectativa de crescimento para o CAU era de 5,6%. Na prática então foi feita uma previsão moderada. Então, estava com menos de 1% de crescimento em relação à inflação, e teve um INPC acumulado de 4.6 e 5.6 de crescimento do CAU. A CPFI já vem trazendo esses dados que a parte da arrecadação em números absolutos de RRT, têm ficado praticamente menor do que os meses anteriores, dos anos anteriores. E esse foi inclusive um dos motivos que fez com que demorasse um pouco mais a questão da aprovação no CAU/BR dos índices que eles mandam. Lembrando que a aprovação orçamentária vem de uma deliberação nacional onde eles aprovam e a gente basicamente acata os números que eles nos mandam. Na última plenária do CAU justamente foi aprovado essa questão de cortes orçamentários. Então o corte orçamentário previsto para o CAU Paraná e todos os CAUs do Brasil foi de 3,4%. O que é o grande problema é que é 3,4% do orçamento anual. Dividindo em 12 meses, vai tirando 3,4 de cada um dos meses. O presidente relatou que como é feita esta aprovação, está basicamente entrando no mês 8 e tem 2 terços do orçamento já executado, e tem que basicamente dobrar ou triplicar o corte. Como tem algumas questões de despesas obrigatórias: contratos terceirizados, salário, aluguel, luz, telefone, telefonia, internet e tudo mais, não consegue operacionalizar isso porque são despesas obrigatórias. Hoje basicamente o orçamento do CAU tem mais de 70%, quase 80%, das despesas obrigatórias. Basicamente 50% de todo o custo do CAU é salário. Então, 10,2% se pudesse mexer no outro 50% viraria 20,4%. É basicamente cortar cerca de 500 mil reais até o final do ano. Então, isto requer medidas um pouco mais extremas, e deixou registrado o agradecimento a todo o trabalho do João e toda a equipe, Ana, Patrícia, Pierre, envolvidos a fazer uma série de cortes dentro de gastos do CAU. Anunciou que vai cortar a plenária de Umuarama, que entre aspas é a plenária mais cara por uma questão de voos e distância, então devemos fazer esta plenária que seria em Umuarama em Curitiba por uma questão de economia de recursos. Então, todas as comissões, basicamente, conseguiram manter o funcionamento delas no formato presencial, mas as comissões, tanto as reuniões extraordinárias quanto a participação de eventos nacionais, tiveram que cortar. O CAU Paraná, é um CAU superavitário, mas não pode usar 20 milhões para pagar as contas. Este dinheiro que é provindo de superávit de gestões anteriores e anos anteriores, ele é exclusivamente para compras de bens imobilizados, então compra carro, compra sede, compra computadores, tanto que nós temos feito opções inclusive de compra de computadores em vez de fazer o aluguel de computador, porque o aluguel de computador ele sai da despesa corrente e compra de computador. E por exemplo, a participação de eventos nacionais que envolvem diária, compra de passagem e tudo mais, não podem utilizar de uma despesa de superávit. Algumas despesas obrigatórias têm que manter, dentro do planejamento orçamentário, uma obrigatoriedade de rubrica de ATIS, tem que ser gasto 2%, uma obrigatoriedade de capacitação de funcionários, tem que ter no mínimo 2%. Tem que atender todos estes índices obrigatórios e ao mesmo tempo fazer os cortes necessários sem alterar alguns destes índices. O presidente deixou registrado porque houve um pedido de participação inclusive da comissão de ATIS no Seminário Nacional de Habitação. Então o que foi feito, algumas questões de critérios, existem alguns eventos ainda extremamente importantes para participar, mas que vão ter diversas limitações. E algumas licitações que estavam praticamente para serem lançadas, tiveram que recuar, esperar um pouco mais para poder fazer a contenção. O conselheiro **IDEVAL DOS SANTOS FILHO** explicou que a reunião extraordinária, onde a gerência de planejamento apresentou a reprogramação orçamentária, e vai ter que fazer esse corte de 3,4% que estaria em torno dos 500 mil reais. Esses valores então foram distribuídos em todos os centros de custos. Uma das questões que se tentou questionar também e tentou fazer uma adaptação, era com relação a comissão de interiores. Então foi passado para o planejamento para que ele analisasse em todas as comissões. O Gerente Financeiro **JOÃO DRESLER,** acrescentou que houve umaredução nas arrecadações de contribuições e esse valor vai ser refletido agora para os próximos meses. Em todo o planejamento se tentou manter o funcionamento das despesas obrigatórias. Esclareceu que junto com o administrativo, foi feita toda a parte de contratação, planejamento das contratações anuais para esse ano, tudo vai ser obrigatório, tirando as nossas despesas obrigatórias o CAU, só de folha de pagamento a gente tem 8.4 milhões por ano, com despesas de salário, benefícios, capacitação, temos despesas com aluguel, água, luz, telefone. Tem despesas com as reuniões de comissões e com as reuniões plenárias, que são despesas obrigatórias. E relatou que tem uma sobra de orçamento anual em torno de 1,6 milhões. O Presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** explicou que teve que fazer uma capacitação muito grande, principalmente por causa da adequação da transição da 8.666 para 14.133. Então vai capacitar todos os setores a fazer TPs, fiscalização de contratos, penalização de contratos.O Gerente Financeiro **JOÃO DRESLER,** explicou os índices, adiantando que precisa de um piso mínimo de 2%. Já em maio a gente atingiu 1.6%, mais do que o dobro do maior gasto já efetuado nos outros exercícios. Piso é o mínimo que precisava ter com capacitação 2%, já em maio atingiu 1.6% Então, a projeção fica um pouco pequena: o primeiro centro de custos tem um orçamento de 1.217.000, é a realização das plenárias. Logo em seguida as comissões, a previsão para as reuniões ordinárias. O Presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** complementou que tem alguns CAUs que trabalham com uma distinção muito grande de datas e no PR é feito de forma agrupada para que não tenha um custo dobrado de deslocamento. O Gerente Financeiro **JOÃO DRESLER,** seguiu explicando sobre os custos das comissões e do detalhamento apresentado e explicou que o orçamento não é uma variação grande, uma variação expressiva, foi uma coisa relativamente normal. A próxima é a CEP, exercício profissional tinha um orçamento inicial de R$ 56.791,00, para este ano o orçamento ficou R$70.079,00. O conselheiro **WALTER GUSTAVO LINZMEYER** perguntou onde estavam acontecendo os cortes. O Gerente Financeiro **JOÃO DRESLER,** explicou que são as reuniões ordinárias, e extraordinárias que já aconteceram, mas a previsão futura é somente para as reuniões ordinárias e mostrou os custos priorizados: folha, reuniões dos órgãos colegiados, que é a de comissão, que é a plenária, que é o conselho diretor e os custos das despesas. O conselheiro **WALTER GUSTAVO LINZMEYER,** fez novo questionamento sobrecentros de custos aqui são das reuniões ordinárias e extraordinárias, juntas, é custo de reuniões? O Gerente Financeiro **JOÃO DRESLER,** respondeu queas duas estão juntas. O conselheiro **WALTER GUSTAVO LINZMEYER** comenta que só reuniões seriam administrativas e não entram os projetos e se os projetos são centro de custos separados. O Gerente Financeiro **JOÃO DRESSLER,** explicou queos projetos das comissões são um centro de custos separado, a CPUA que foi um centro de custos, inclusive comentou que todas as comissões têm um centro de custos só para os projetos. Então esclareceu que o custo é o que não se pode mexer. O Presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** explicou que se faz uma previsão orçamentária, mas na hora que vai fazer a efetivação desta previsão, às vezes isso dá para mais ou para menos e que se priorizou fazer cortes dentro do administrativo do CAU, do que era possível fazer para impactar o mínimo possível dentro dos projetos das comissões. O Gerente Financeiro **JOÃO DRESLER,** informou que o que está sublinhado é a comissão ACOA, que tinha um orçamento iniciado em 39.492, para este ano ela ficou com um novo orçamento de R$ 43.532. A última comissão é a CPFI, R$ 68.010. Para esse ano ela ficou com 71.169, tem a manutenção do CAU, tinha o orçamento de R$ 35 mil. Esse orçamento ainda foi mantido neste ano. Tem a manutenção da CPUA. O orçamento inicial era R$ 19.385. O conselheiro **ORMY LEOCÁDIO HUTNER JUNIOR** questionou se como que funcionam os custos da CPUA, sendo que cursos de passagens e jetons ou diárias, elas são as mesmas da comissão ordinária, se na mesma data é feito um rateio? O Presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** explicou que todos os custos estão embarcados. Então este custo é feito rateio e daí ele tem uma observação de quanto isso impactou no caso concreto, depende se ele vai participar híbrido ou presencial. O conselheiro **WALTER GUSTAVO LINZMEYER,** fez novo questionamento sobre diária, se o deslocamento é pago proporcionalmente pelos três centros de custo, CPUA, CEP e Plenário. **O Gerente Financeiro JOÃO DRESSLER,** respondeu que sim. O conselheiro **WALTER GUSTAVO LINZMEYER** pediu novos esclarecimentos sobre a quantidade de dias de plenária, extraordinária, justificada e tal, regimentalmente. Então, se tivesse uma reunião de uma comissão, uma reunião de outra comissão e depois dois dias ou três dias, seria proporcional ao tempo de reunião ali convocada que seria pago por cento de custo diferente e sobre o jeton se são rateados por duas comissões e se tiver uma plenária de dois dias são dois dias de diária paga pelo centro de custos de plenária, então na verdade você usou para pagar diárias, dois centros de custos rateados no meio e um outro que foi dobrado. O Gerente Financeiro **JOÃO DRESSLER,** explicou que na quarta-feira, CPUA, reunião de comissão, quinta plenária, sexta plenária e que a divisão vai considerar os dois dias de plenária. Então os dois dias de plenária tem um peso maior para absorver o custo, porque você precisou ficar dois dias para participar da plenária. É proporcional ao tempo de execução. Se o conselheiro precisou se deslocar no dia anterior, como é o caso da CPFI que a gente está o dia inteiro, esse custo dessa diária a mais sobre cai só sobre a comissão e não sobre o rateio inteiro. Então a gente faz uma análise um pouquinho mais debruçada em cima do processo para entender o que aconteceu. O Presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** explicou que, quando estava voltando no caso concreto ali de Paranaguá e chegou em Curitiba às vezes dentro do horário, mas obviamente outros conselheiros que iriam seguir ganharam mais uma diária de pernoite. Então além de ser feito esse rateio entre aspas coletivo do evento de plenária e comissões ainda é feita aplicação disso no caso concreto individualizado. O Gerente Financeiro **JOÃO DRESLER,** explicou que essa divisão por centro de custos não é tão simples e detalhou aos conselheiros a disponibilidade de cada comissão. O conselheiro **WALTER GUSTAVO LINZMEYER** quis saber o esclarecimento ou o assunto no nível das presidências, porque alguns estados estão discutindo exatamente a questão de centro de custos CSC. Qual seria o posicionamento do CAU PR e questionou se há falha de fiscalização, se o sistema emite RRT, cadê a fiscalização? O conselheiro **MAUGHAM ZAZE** também pediu esclarecimentos, eu não sei se o CSC e a contribuição do CAU/BR está no mesmo, são dois custos separados, então CSC é uma coisa e BR é outra coisa, mas é a mesma coisa que o Gustavo está pedindo. O Presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** explicou que existe um rateio, o CSC rateia entre os casos de acordo com, são duas coisas, paga proporcional à arrecadação e a contribuição cai. O CSC especificamente tem uma outra questão. Houve um pedido de diversos CAUs para fazer um recálculo de pagamento do CSC. Antes o CSC ele fazia um pagamento direto, o rateio dos 80%, o Calber paga 20%, os outros CAUs pagam 80%. Antes esse rateio era feito basicamente no número da tua arrecadação, então se tem dentro do orçamento 30% da arrecadação, vai contribuir com 30% do CSC, se tem 2% de arrecadação, vai contribuir com 2% do CSC. Isto impacta principalmente nos CAUs básicos e nos CAUs pequenos. O Gerente Financeiro **JOÃO DRESSLER, explicou** que no CSC houve um pacto bem significativo com uma redução de R$ 156 mil. Além da receita cair, o CSC teve um custo de investimento pouco menor, então isso também ajudou a refletir. O Presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** explicou o exemplo do Rio Grande do Sul O CAU Rio Grande do Sul entende que o instrumento é frágil, então o CAU Rio Grande do Sul judicializou para ver qual é o entendimento do TCU para isto, tanto que eles fazem o depósito na verdade em conta específica ajuizada. Obviamente, quando o CAU Rio Grande do Sul fizer o pagamento anual, hoje a gente conseguiu cobrir isto, isto é, como conta de condomínio, se o CAU Rio Grande do Sul, se a gente não tivesse tido superávit, a gente teria que estar aportando mais, porque o custo final tem que pagar, senão o sistema cai. O conselheiro **ROBERTO SIMON,** explicou também que é interessante analisar que não são só as proporcionalidades que isso aí está bem explicado, mas existe também a operação. O Presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** seguiu explicando a planilha que cita os valores detalhados, num documento perto de 300 páginas, que é o relatório com todos os índices, e que houve uma estratégica para se chegar ao relatório das diretrizes da reprogramação orçamentária.  **O Gerente Financeiro JOÃO DRESSLER,** explicou que quando tem sobra de orçamento é uma reunião com cada gerente, quando tem corte. A gente está no atendimento nas partes das regionais, o valor é de R$3.971,00. Então, teve uma redução para o orçamento anual de 2023 de R$526.000. O próximo é atendimento, atendimento na parte da sede, R$ 1.184.000, a gente teve uma redução impactada, um pouco de folha, um pouco a questão da digitalização que a gente vai postergar ainda para o ano que vem, então a gente conseguiu reduzir um pouco os valores, ficou para R$1.145.000. E seguiu detalhando a parte do atendimento nas regionais, englobando todas as nossas regionais, Cascavel, Londrina Maringá e Pato Branco. Detalhou os valores da gerência administrativa nas regionais e depois detalhou a gerência de comunicação, da gerência financeira, a reserva de contingência. O presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** detalhou sobre os centros de custos que terão valores simbólicos e que a reserva de contingência serve para a gente fazer essa complementação orçamentária em uma questão emergencial. O Gerente Financeiro **JOÃO DRESSLER,** seguiu pelos itens centro de custo, que são a assistência técnica e ambientação e interesse social. O conselheiro **EDUARDO VERRI** questionou se é necessário prever um orçamento para uma comissão que nem existe ou que não está operando. O presidenteesclareceu que o dinheiro nessa comissão, por isso que eu falei que ela é um valor simbólico, às vezes deixa lá, tanto que o valor que está lá é de 500 reais. O conselheiro **EDUARDO VERRI** seguiu dizendo que especificamente a de interior passou de R$500 para R$4.000 esse ano, e quando todas as outras saem de R$30 e vão para R$10, R$4.000 é, sei lá, 40%. O presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** esclareceu que se torrar dinheiro no primeiro semestre vai comprometer as atividades do conselho, é necessário ter responsabilidade. E explicou que todas as comissões ordinárias são importantes, a comissão especial é importante, mas que a conta tem que fechar. **O** Gerente Financeiro **JOÃO DRESSLER,** explicou que houve a criação de novos projetos: o Gibi da Turma da Mônica como projeto específico, que alocou bastante recurso, o termo de fomento com a UFPR, a gente tem o projeto com a CAU Educa, a questão dos escritórios de ATIS, a questão dos escritórios advocatícios, o criminal aprovado em plenário, então foram bastante recursos utilizados. A última foi a reserva de contingência. A gente tem o ATIS, inicialmente previsto em R$256 mil, ele está em R$255 mil. Hoje isso é o nosso mínimo 2% exigido pela diretriz do CAU/BR. O próximo são os editais de patrocínio. E explicou ao conselheiro **MAUGHAM ZAZE** a questão dos ATIS, e que os editais foram lançados, mas os editais que já estão sendo executados são do orçamento do ano passado. Os editais que vão ser lançados esse ano, é que vão utilizar o recurso deste ano e se ele começar a ser executado no final do ano e avançar para o ano que vem, o orçamento é deste ano. E que o próximo são os editais de patrocínio, com orçamento de R$200 mil e foi mantido. Os editais já tinham a previsão de serem lançados, então não teve alteração. O projeto, o PDTI, tinha um orçamento inicial de 120 mil, também foi garantido. O presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** esclareceu que quando o edital não utiliza a totalidade de recursos, esses valores recompõem o orçamento geral. O Gerente Financeiro **JOÃO DRESSLER,** esclareceu que tem que garantir o pagamento máximo possível. O PDTI, 120 mil, também não foi alterado, um projeto em que utiliza 100% de imobilizado, não impacta nas despesas correntes. O plano diretor da tecnologia de informação, a reforma da sede própria, tinha um orçamento inicial de R$3.735.000, basicamente, R$3.700.000 de imobilizado, então despesa de superávit, agora tem o concurso de projeto para a reforma, então, teve uma alocação de recursos de R$187.000. Depois nas comissões temporárias: a BIM, tem aquele valor simbólico, exigência que a GERPLAN do CAU/BR pede e que não pode ter centro de custos com valores zerados, por isso esse valor simbólico, pode ser executado ou não. A Comissão Temporária de BIM, 500 reais, manteve o orçamento, o Paraná Conectado, com orçamento de 500 reais. A Semana da Arquitetura e Urbanismo com orçamento de 3 mil, também manteve o orçamento sem modificações, dia do Arquiteto e Urbanista, com 162 mil, mantivemos o mesmo orçamento, a implementação do *chatbot*, 30 mil, manteve o orçamento. Depois tem as ações prioritárias das comissões. Cada comissão inicialmente tinha um orçamento de 30 mil para fazer projetos que achasse em tendência prioritária para aquela comissão. Eles sofreram uma redução para 10 mil para cada comissão, a exceção ali é a comissão de planejamento de finanças que está com 180 mil, depois foi reduzido para 160, porque 150 mil já é a previsão para a licitação de auditoria. Depois vem com as ações prioritárias da CPUA, R$170.670,00, foi reduzida para R$140.000,00. O conselheiro **ORMY LEOCÁDIO HUTNER JUNIOR** questionou se a ação prioritária da CPUA foi o orçamento do seminário, e o gerente financeiro respondeu que sim. O Gerente Financeiro **JOÃO DRESSLER,** lembrou que mandou para a CPUA, que não lançou o planejamento no sistema e vai ter uma redução de 3 mil que vai precisar fazer uma adequação. E detalhou todas as questões apontadas nos projetos. O presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** esclareceu que a questão do seminário da ATIS, houve uma programação de 40 mil depois foi quase 80 mil, então foi jogado dentro da comissão, rateando entre projeto e comissão. O Gerente Financeiro **JOÃO DRESSLER,** detalhou que o Gibi da turma da Mônica, foi feito com aprovação plenária para aportar o custo em projeto específico, foi R$135 mil, incluído na reprogramação. O termo de fomento com o UFPR é de R$625 mil, com o painel do Poty, então o UFPR vai fazer todo o trabalho com o painel. O projeto com o CAU Educa, que é o caderno de atividades da turma da Mônica, R$150 mil para esse projeto específico. O edital para escritórios públicos de ATIS, R$200 mil. E o último é o escritório de advocatício, que também foi criado em plenária, fez a inclusão na reprogramação de R$500 mil. Esse foi o resumo das despesas para o ano 2023, com o orçamento total, entre superávit ou imobilizado, fecha em R$ 22.428.810,71. E seguiu apresentando os limites estratégicos, limites obrigatórios e afirmou que todos os limites mínimos e máximos foram respeitados. Um mínimo exigido de que se execute 15% sobre a receita de arrecadação líquida, que é a nossa receita corrente de descontado o CSC que é o fundo de apoio. A previsão inicial era de 33,1%, na reprogramação ficou 31,1%. Para o atendimento o mínimo era de 10%, a previsão inicial era de 13%, na reprogramação ficou em 12.8%, comunicação o mínimo é 3%, a previsão inicial de 8.1%, na reprogramação ficou 13,7%. Patrocínio, máximo de 5%, a programação inicial era 1,6% e foi mantida na reprogramação em 1,6%. O patrocínio, elencamos, que no CAU Paraná é o atendimento e a comunicação, o exigido mínimo é que seja alocado 6% para esses dois objetivos estratégicos, colocamos 21.1% e na reprogramação estamos com 26.5%. Assistência técnica, era 2% inicial, mantivemos os 2% que são aqueles R$255 mil. E será preciso consultar o CAU/BR se consegue alocar o projeto específico dos escritórios públicos de ATIS que deveria compor esse índice, mas de qualquer forma tem um piso, está atingindo os 2%. Se o CAU/BR confirmar que o projeto específico pode avançar, dobrará isso. Então, de 2% a gente já vai para 4%. O Presidente esclareceu que esse 2% a mais do escritório, vai dar 102% e não dá 100%. Então por isso que tem algumas coisas que a gente precisa da autorização do CAU/BR para esta peça orçamentária. O Gerente Financeiro **JOÃO DRESLER,** indicou que a metodologia de cálculo é um pouco fechada, e é realmente só uma questão de metodologia de cálculo, mas em todo caso já atingiu o mínimo obrigatório exigido para a nossa reprogramação ser homologada futuramente lá no CAU/BR. E por último falou da reserva de contingência, que ela tem apenas um teto, o máximo que a gente pode alocar de recurso na reserva que é de 2% a gente vinha com 1.6% e uma pequena redução para 1.3%, mas aqui também a gente não extrapola o máximo exigido. O gasto com pessoal, é aquele utilizado para o cálculo, então não estão os benefícios, os 7 milhões que são utilizados são vão fazer do limite de folha de pagamento que chega em 1.4 milhões. A programação inicial era de R$8.452.000, na reprogramação foi para R$8.373.000. O presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** abriu a plenária para debater o assunto. O conselheiro **CLÁUDIO LUIZ BRAVIM DA SILVA** parabenizou pelo trabalho feito e colocou duas questões pedindo uma explicação curta e rápida, com relação à parceria que foi feita do painel do Poty com a UFPR. O Presidente esclarece que era um projeto de despesa corrente, que era de 125 mil e foi transformado num projeto especial e conseguiu tirar do imobilizado, despesa corrente para o nosso superávit e no convênio com a Universidade Federal do Paraná o CAU faz o repasse e não é só o painel do Poty, são três ou quatro ações que estão lá dentro do projeto, SBPC, painel do Poty e custos de tradução e mais o festival de inverno. Especificamente do painel do Poty, está previsto um custo perto de 300 mil reais, que vai ser o custo da construção, proteção e restauro de todo o painel que vai ser instalado no centro politécnico. A FUNPAR que também é auditada pelo Tribunal de Contas, vai gerir junto com a Federal, o dinheiro segue todo o regramento de dinheiro público, prestação de contas, nota fiscal, tudo conforme lei, depois isto vai para o CAU com a prestação de contas dos valores gastos. O conselheiro **CLÁUDIO LUIZ BRAVIM DA SILVA** agradeceu eperguntou sobre o trabalho em conjunto, e se dispôs a ajudar a operacionalização desse trabalho, sem pensar em valores, mas por interesse técnico e deixou registrado caso o CAU precise ter um acompanhamento de execução técnica. O presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** registrou que o Jefferson também tinha colocado o nome à disposição, então os nomes serão indicados para participar da comissão da universidade que vai tratar sobre isso. O conselheiro **CLÁUDIO LUIZ BRAVIM DA SILVA** colocou outra dúvida para saber como é que está o incentivo à arrecadação, especificamente o REFIS. Qual é o incentivo que poderia lançar para os arquitetos paranaenses para conseguir ter uma arrecadação maior. O presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** respondeu com exemplos como o “Minha Casa Minha Vida” que agora prevê o pagamento de serviço de arquiteto antes mesmo da aprovação do projeto. E ao mesmo tempo acompanhando a reforma tributária e a MEP para diminuição de juros com medidas que tendem a melhorar a economia. E apesar de ter aumentado o número de arquitetos no estado do Paraná, o número de anuidades pagas diminuiu, aumentando a inadimplência. O Gerente Financeiro **JOÃO DRESSLER,** esclareceu que por lei a exigência mínima é de que se acumule o valor de cinco anuidades para fazer a execução judicial e como tem custo fazer essa cobrança, a opção é que seja feita a execução judicial no mínimo exigido por lei federal. O conselheiro **WALTER GUSTAVO LINZMEYER** parabenizou a equipe do João e a CPFI por ter feito o trabalho e fez uma crítica perguntando aos coordenadores das comissões quando é que eles foram consultados, qual era a ordem, quais eram os critérios para remanejamento de alguns projetos e valores porque apesar de ter sido um número que foi cortado, câmaras técnicas eram 34 e foram para 10. A deliberação 18 do CAU Paraná, ela veda a gente rodar as câmaras técnicas em ano eleitoral. Ele relatou que cada comissão poderia ter contribuído com a competência regimental que possui e registrou que tinha pedido isso na reunião do conselho diretor que pediu uma cópia do documento do CAU Brasil de 300 páginas para poder entender o porquê da ordem e não recebeu e não tem problema. E pediu 80 planilhas, e não recebeu e não tem problema. Mas criticou o fato de, em 40 minutos, discutir a reprogramação inteira, algo que nunca antes aconteceu no CAU Paraná. Então, ele insistiu que deveria ter ouvido os colegas nas comissões e acentuou que a crítica e proposta é que no futuro momento de reprogramação, tenha uma agenda extensa, com reuniões extraordinárias para tratar de um assunto que é um assunto importante. O conselheiro **MAUGHAM ZAZE,** questionou se a equipe que já sabe que algum projeto não vai acontecer, e se tem como saber de onde a gente pode tirar recurso. O Gerente Financeiro **JOÃO DRESLER,** disse que o que não vai acontecer já foi cortado sumariamente. E o conselheiro **MAUGHAM ZAZE** tornou a questionar se não consegue transferir, transpor recurso de uma pauta para outra. O Gerente Financeiro **JOÃO DRESLER,** disse que esse ponto específico é superávit, é uma despesa que a gente pode aumentar e diminuir. E o conselheiro **MAUGHAM ZAZE** questionou sobre o custo das plenárias itinerantes para entender o balanço dessa relação da necessidade, devido ao custo de deslocamento dos conselheiros e funcionários e também questionou o presidente Milton e os conselheiros sobre a atuação do CAU BR que determina os cortes, mas as ações acontecem nos estados. E relatou que muitos projetos podem ficar prejudicados em função dos cortes todos. E sugeriu tentar encontrar um caminho para que o processo do conselho não fique prejudicado. O conselheiro **EDUARDO VERRI** relatou que da CEF a previsão inicial dos R$ 30 mil, tem dois editais lançados que passam dos R$20 mil, além do encontro de coordenadores, que é sempre uma ação prioritária da comissão. E questionou quais as ações prioritárias para os R$ 10 mil que sobram. Concordou com o conselheiro **MAUGHAM** **ZAZE**, de otimizar as ações no interior. E apontou que não entendeu sobre o aumento dos 700 mil da comunicação. E colocou outra dúvida com relação ao SBPC e entender qual é a contribuição do CAU a respeito desse evento. O conselheiro **ORMY LEOCÁDIO HUTNER JUNIOR, questionou** se o assunto está restrito à reprogramação e se terão outro momento, esse ano, para discussão do planejamento estratégico para o próximo ano. E sugeriu uma reunião extraordinária de um dia inteiro só para discutir planejamento, como foi feito na gestão passada, vinculando o planejamento estratégico, aos objetivos e não deixar para uma plenária com uma série de outras pautas para discutir esse tema. E colocou mais uma dúvida em relação à diferenciação entre os recursos correntes e superavitários. Questionou se alguns custos como o evento da CPUA, o seminário, seria de recurso superavitário. O Gerente Financeiro **JOÃO DRESLER,** respondeu às questões técnicas alegando que as discussões dos projetos das comissões foram feitas na programação orçamentária do ano passado e que foi enviada para todos os assessores de comissão que repassaram para os coordenadores, fazer a elaboração dos projetos específicos prevendo um cronograma físico-financeiro. Na reprogramação, foram considerados esses valores. E confirmou que vai ter uma discussão para o orçamento 2024. E relatou que o gerente de planejamento do CAU/BR, está mudando a sistemática de como está sendo feito o orçamento focado em ações. Referente às despesas de superávit, despesa corrente, explicou que funciona em dois grupos de despesas: despesas correntes e despesas de capital. Despesa corrente é tudo que é custeio, então funcionário, água, luz, telefone, aluguel, combustível e despesa de capital é tudo que você imobiliza e cria de patrimônio. E que hoje despesa corrente é tudo aquilo que se arrecada dentro do exercício e tem que ser gasto dentro desse exercício. Em 31 de dezembro, à meia-noite, isso vira superávit e ele tem que ser gasto aí como imobilizado. A exceção são nossos projetos específicos, onde a gente utiliza dinheiro do superávit para os projetos específicos, mas existe uma limitação nisso. E existe uma limitação, por deliberação da CPFI, limitando em 16,44% o gasto desses valores do superávit, mesmo que em projeto específico. E relatou que a planilha já foi mandada para a GERPLAN do CAU/BR, eles já passaram a primeira análise, não homologaram, não mandaram para a CPFI, apenas uma análise técnica, e ela já foi pré-aprovada. Então, se aprovada como está, não terá restrição nenhuma, caso tenha pequenas modificações, se dispõe a auxiliar os conselheiros. E respondendo ao conselheiro **ORMY LEOCÁDIO HUTNER JUNIOR**, mesmo que esteja na coluna do superávit, a descrição está certa. O presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** respondeu todas as questões: informou ao conselheiro Gustavo que não foi uma questão de opção, mas de prazo. O marco temporal que o CAU manda é de janeiro a maio, e esse ano mandaram final de junho, dois meses de atraso, gerando esse atropelo, inclusive de não conseguir fazer uma consulta a todas as comissões, por isso que ela foi especificamente a CPFI, que é a comissão competente a analisar o orçamento dentro do CAU, foi feito uma linha de corte sem necessariamente entrar pontualmente projeto por projeto, então foi feito um corte de 20 mil em todas as comissões. E confirmou que as comissões terão novo momento para discutir dentro dos projetos prioritários e que tem uma margem de flexibilidade que é a transposição e a reserva de contingência e citou exemplos que podem precisar de complementação orçamentária que serão atendidos avaliando as questões de priorização. Sobre as plenárias no interior é feita uma projeção de gastos e muitas vezes o fato de algum conselheiro faltar ou desistir em cima da hora representa gastos desnecessários. Mas para deslocamento das equipes administrativas é sempre feita uma previsão de quais serão as pautas, as necessidades para ter o funcionamento. Inclusive é feito um programa de rotas para que os funcionários necessários nas reuniões possam estar fazendo outras funções na cidade, seja de fiscalização, seja de atendimento, seja de visitas externas. E justificou que as plenárias de interior nem sempre são mais caras, até porque a maioria dos conselheiros é do interior e vão ter que se deslocar igualmente para Curitiba, ou ainda mais longe. E sobre as atividades das comissões, que o conselheiro **ORMY LEOCÁDIO HUTNER JUNIOR** também perguntou, afirmou que vai ter a possibilidade de discutir sobre os cortes e previsões da comunicação, usou como exemplo, o Gibi da Turma da Mônica, que começou com o orçamento para publicação por Gibi de R$ 1,41, a rubrica alocada foi de 141 mil, que a média da lei da licitação de procedimento, mas fechou a 68 centavos, porém para abrir a licitação tem que abrir com o valor cheio O mesmo com a gráfica, que é grande parte daquele valor que está aumentando da comunicação. A previsão é que reduza o valor da licitação de gráfica em 30%. E especificamente da comunicação, o CAU não tem mais nenhum material gráfico e tem que ter tomada de preços para quando é solicitado um material de campanha. Então não necessariamente tudo que vai fazer pela comunicação, não vai gastar 700 mil reais a mais. O presidente disse que vai ter uma queda disso para 400 mil e detalhou que a lei de licitação obriga algumas aquisições somente por lote. Outra dúvida do conselheiro Gustavo, sobre as custas advocatícias, foi uma operação de transformar isso em projeto específico para tirar, porque sabia que vinha o corte, então essa já foi uma providência, tanto a questão do painel do Poty quanto do Gibi da turma da Mônica. E reforçou que o João explicou sobre o limite de 16,54% do superávit e que o problema hoje é a despesa corrente. Onde algumas despesas não são negociáveis. E reforçou que a crítica deve ser dirigida principalmente ao CAU/BR e disse ao conselheiro **MAUGHAM ZAZE** que eles têm que cortar na carne porque, eles só têm 20% do arrecadado, se CAU PR arrecadar menos, eles arrecadam menos, então eles também tem que fazer cortes. E deu exemplos práticos, o projeto do Sigma é um projeto que pode mudar todo o sistema de fiscalização do Brasil inteiro. Mas hoje quem está pagando integralmente é o CAU Paraná. A mesma coisa está acontecendo com uma questão do EAD. O CAU São Paulo está pagando todo o parecer jurídico, o escritório de advocacia que está fazendo a luta pelo EAD. O PR não está contribuindo com nada, mas vai ser beneficiado. E que com atraso, todo o planejamento teve que cortar etapas, e em uma situação de emergência, se limitar, o que é o mínimo obrigatório. Mas, existe a opção de fazer um debate maior. E como o João colocou, existe uma margem pequena, porque tem coisas que não pode mexer, mas dentro do tem margem, cabe aqui o debate da plenária e pediu para que se façam proposições diretas para que a gente consiga fechar o orçamento. O conselheiro **ORMY LEOCÁDIO HUTNER JUNIOR** trouxe comoproposta que entendendo que o custo do superávit não impacta na despesa corrente, a proposta é reduzir o valor do dia do arquiteto, que está em R$162 mil, distribuir para retornar R$15 mil ou R$20 mil para as comissões. Não zeraria o valor do dia do arquiteto, mas que ele possa depois, contar com o recurso da reserva de contingência para alguma complementação. E de uma forma geral para as comissões, poderia cair 50% e essa complementação futura possa ser utilizada a reserva de contingências para a organização do evento. O presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** fez dois esclarecimentos sobre o dia do arquiteto, ele é uma licitação que foi feita no pacote da licitação de eventos, então já está comprometida e este pacote é um pouco mais caro do que todos os outros porque tem que dar posse aos novos conselheiros, então será uma participação dobrada de número de conselheiros e não é possível manobrar esta rubrica para as comissões. E outro questionamento do conselheiro **EDUARDO VERRI**, tanto da questão do Fórum de Coordenadores quanto do edital de cartazes, o valor está na rubrica de comunicação. Então, dentro inclusive daqueles 700 mil que tem da rubrica de comunicação, estão os eventos prioritários. O conselheiro **ORMY LEOCÁDIO HUTNER JUNIOR** então questionou se existe alguma possibilidade de redução da reserva de contingência, para dar esse suporte às comissões. O presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** esclareceu que sim, mas a reserva de contingência serve para emergência de tudo, mesmo tirando o mínimo, fica vulnerável. E o conselheiro ORMY **LEOCÁDIO HUTNER JUNIOR** disse entender e sugeriu que analisandoa planilha que capacitação e treinamento, eventualmente esses eventos que as comissões possam participar de fóruns, elas poderiam entrar nessa rubrica de uma capacitação, uma discussão que for ter em um outro estado. O presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** exemplificou algumas ações da verba de capacitação para poder dar andamento aos processos rotineiros do CAU. A nova lei obriga que agora o setor demandante seja responsável pelo contrato, por exemplo, o aluguel da sede de Pato Branco. Antigamente todos os aluguéis das sedes do CAU ficavam sob a responsabilidade da Lurdes, então Lurdes cuidava de todos os processos. Agora o funcionário de Pato Branco é o responsável pelo contrato, fiscalização e penalização do processo e esse funcionário hoje não tem treinamento para saber o que é um acompanhamento, fiscalização e manutenção no processo. Então o CAU tem que fazer alguns treinamentos obrigatórios principalmente por causa da questão da nova lei de licitação. Então dentro do possível vai conseguir enquadrar as capacitações. E respondeu ao conselheiro Ormy, que a vantagem da reserva de contingência é trabalhar em cima de caso concreto e não em cima de caso fictício. O conselheiro **WALTER GUSTAVO LINZMEYER** reforçou quer conseguir pensar em transposições e perguntar se é possível transpor rubrica de centros de custos diferentes, e disse que vai levar aos colegas na CEP transposições, por exemplo o Sigma, projeto importante que tem 600 mil reais, será que 50 mil reais desse SIGMA eu não consigo transpor? E adiantou uma polêmica futura que é o ano da conferência do CAU, um evento feito para que todos os conselheiros se encontrem e disse que gostaria de ir, então tem várias coisas acontecendo em paralelo e gostaria de contribuir para entender. E pergunta se do centro de custos, eu posso tirar um centro de custos da CEP e colocar um para a CPUA? João, gerente financeiro respondeu que não pode haver transposição entre elementos de despesa capital e corrente, isso é vedado somente na reprogramação. Se já tiver sido emitido a declaração de disponibilidade orçamentária, que é feita quando o processo está em andamento, é uma das primeiras coisas, vou dar um exemplo. Tem o Sigma, já tem o projeto dos computadores, veio o protocolo. O conselheiro **MAUGHAM ZAZE** levantou a questão das diárias e propôs, temporariamente, reduzir esses valores, para que se possa eventualmente cumprir com os outros objetivos e outros compromissos. O presidente esclareceu que tem uma obrigatoriedade por causa da nova resolução do CAU. Inclusive há uma criação de um auxílio traslado: meio jeton e jeton inteiro, quando é jeton de dia inteiro, por exemplo, se a reunião é o dia inteiro, é um valor, R$ 440, quando é meio-dia de participação de evento é R$ 220. Então é regulamentado conforme com a CAU/BR. e lembrando que diária é uma solicitação individual, se não quiser pegar diária ou reembolso, é um direito. O conselheiro **EDUARDO VERRI** questionou se podem solicitação da diária, a escolha seja de uma diária estadual em vez de uma diária nacional, para que os conselheiros possam participar das ações. O presidente esclareceu que sim e informou que o CAU Paraná não tinha regulamentado e teve que seguir a regulamentação do CAU Nacional. O presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** perguntou, ao João, se é possível reduzir qual o valor mínimo em cada comissão, como por exemplo, a comissão do interior que era R$4.000 se reduzisse para R$100 e pudesse fazer a proposição que todo esse dinheiro passe para a reserva de contingência. João, gerente financeiro, informou que não é possível, porque é projeto específico, e não pode trocar elementos de despesa. As comissões temporárias que são projetos específicos para a reserva de contingência que é uma atividade, mas esclareceu que é possível mandar para outro projeto específico. O presidente perguntou ainda sobre um pagamento da CPUA: o pagamento de algumas diárias a mais que não estava previsto no orçamento inicial, se seria possível transferir esse dinheiro, para não ter que cortar depois transferir esse dinheiro da Comissão do Interior para o Seminário Internacional? O gerente financeiro disse que sim. O presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** então, fez essa sugestão de transposição. E sugeriu fazer depois a avaliação dos outros que estão sobrando de comissões. O João, gerente financeiro, informou que pode pegar esses valores, reduzir hoje e colocar na CPUA onde foi colocado o seminário internacional para participar de mais. Então baixa temporária. E outras possibilidades foram levantadas, mas o gerente informou que não pode mexer em valores entre atividade e projeto específico, mas pode fazer transposições para tirar de reserva de contingência para fazer um aporte específico às vezes por uma viagem que poderá fazer através de transposição. O presidente abriu para encaminhamentos. O conselheiro **MAUGHAM ZAZE,** indagou sobre a garantia de continuidade dos projetos, diante de uma transição da gestão do CAU/PR. O Gerente Financeiro **JOÃO DRESSLER**, disse que em setembro ou outubro serão iniciadas as tratativas com a programação do exercício 2024 porque é uma transição de gestão. OPresidentereforçou que se atrasar tudo será colocado em regime de urgência, como uma obrigação e não uma opção. O conselheiro **EDUARDO VERRI** perguntou se tem uma previsão de 29 para os gastos com viagem, no caso da CEF, por exemplo, se tem evento ou edital programado incluído na comunicação e se esses 10 mil de projetos especiais podem ser gastos para complementar uma possível viagem para uma reunião nacional. O presidente esclareceu que sim. O conselheiro **WALTER GUSTAVO LINZMEYER** questiona quanto tempo demora para fazer um pedido de transposição de um lugar para o outro para poder liberar o recurso para fazer o empenho de compra de passagem ou fazer uma publicação. O Gerente Financeiro **JOÃO DRESSLER,** esclareceu que depende do tipo de conta, se for uma conta que está com o saldo liberado faz em 1 ou 2 dias, mas se for uma conta, por exemplo, que é um pouquinho complexa, que é evento, aí é preciso saber quanto já está dedicado do DDO para a empresa de evento, quanto tem dedicado para coisas extras, como foi por exemplo o evento da CPUA, então ele demora um pouquinho mais. Alguns conselheiros seguiram buscando alternativas de aumentar as verbas das comissões. O conselheiro **WALTER GUSTAVO LINZMEYER** fez a proposição de realizar um uma reunião extraordinária e votar de novo. O presidente acatou parcialmente, mas reportou que se fizer uma extraordinária não está no planejamento nós vamos ter que fazer cortes em alguns lugares. E propôs que para a próxima plenária que todos se preparem para uma plenária estendida. O presidente perguntou se haviam mais questionamentos e colocou em votação a reprogramação orçamentária. Resumiu todas as considerações que foram feitas: para se fazer a discussão antecipada do próximo ano, que as comissões façam o debate interno para ver os projetos prioritários que apresentem suas propostas para indicar as necessidades das transposições orçamentárias e considerando todos os demais comentários colocou em aprovação. Tendo todos esclarecidos, colocou em votação a aprovação da reprogramação orçamentária. A proposta foi aprovada com 08 votos favoráveis e 06 abstenções. Votaram favoráveis os conselheiros: **ANDRÉ LUIZ SELL, ANTÔNIO RICARDO NUNES SARDO, CLÁUDIO LUIZ BRAVIM DA SILVA, IDEVAL DOS SANTOS FILHO, JEANCARLO VERSETTI, RENE RODRIGUES JUNIOR, THAIS CLEMENTINA MARZURKIEWICZ e VANDINÊS GREMASCHI CANASSA.** E se abstiveram da votação: **WALTER GUSTAVO LINZMEYER, EDUARDO VERRI, MAUGHAM ZAZE, LEONARDO DANIELLI, ORMY LEOCÁDIO HUTNER JUNIOR E RICARDO LEITES.** 6.2 Carta dos Princípios para a Renaturalização das Cidades Brasileiras - Regime de Urgência. O conselheiro **ORMY LEOCÁDIO HUTNER JUNIOR** fez a leitura da redação de uma carta, com uma síntese de tudo que foi discutido no Seminário Internacional de Renaturalização das Cidades. O presidente e alguns conselheiros sugeriram a inclusão de alguns detalhes no texto. O presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** colocou a matéria em votação, que foi aprovada com 13 votos dos presentes. **ANDRÉ LUIZ SELL, ANTÔNIO RICARDO NUNES SARDO, CLÁUDIO LUIZ BRAVIM DA SILVA, IDEVAL DOS SANTOS FILHO, JEANCARLO VERSETTI, THAIS CLEMENTINA MARZURKIEWICZ, VANDINÊS GREMASCHI CANASSA,** **WALTER GUSTAVO LINZMEYER, EDUARDO VERRI, MAUGHAM ZAZE, LEONARDO DANIELLI, ORMY LEOCÁDIO HUTNER JUNIOR E RICARDO LEITES.** Estava ausente**: RENE RODRIGUES JUNIOR.**  **7.Encerramento:** Após breves relatos e informes das comissões, o Presidente **MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** agradeceu a presença de todos e, encerrou a centésima quinquagésima sétima Plenária do CAU/PR. Para constar, eu, **ALESSANDRO BONCOMPAGNI JUNIOR,** Assistente-Relator, lavro a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será rubricada em todas as páginas e, ao final, assinada por esta Assistente e pelo Senhor Presidente para que produza os devidos efeitos legais.

**MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES**

Presidente do CAU/PR

CAU A52736-0

**ALESSANDRO BONCOMPAGNI JUNIOR**

Assistente-Relator

CAU/PR